

A decorative graphic consisting of a grid of dots in various shades of gray, with several dots highlighted in red to form the outline of the map of India.

# A Índia antes da mudança de poder

A maior democracia do mundo vai às urnas

**FELIX SCHMIDT**  
Abril 2014

- 815 milhões de eleitores são chamados a votar na Índia entre os dias 07 de abril a 12 de maio de 2014. As eleições legislativas da Índia são as maiores do mundo e constituem um desafio gigantesco, não apenas por causa da diversidade social, étnica e religiosa do país; mas, é precisamente nos dias de eleição que a força da democracia indiana se revela: todas as mudanças de poder ocorreram de forma democrática e pacífica desde a independência em 1947.
- Mais uma vez reina um clima de alternância na Índia antes das eleições. A coalizão governamental sob liderança do Partido do Congresso (INC) parece cansada após dez anos no poder, imputa-se-lhe a corrupção que roda a solta e a elevada inflação. O partido de oposição, o Bharatiya Janata Party (BJP ou Partido do Povo Indiano), é o oponente tradicional do INC e aposta na competência econômica e no carisma do seu candidato principal, Narendra Modi. O duelo tradicional entre INC e BJP poderia, no entanto, ser atrapalhado por um outro partido. Na forma do Aam Aadmi Party (AAP) surgiu uma nova força na luta pelo poder, cujo lema – combate da corrupção – encontra vasto respaldo entre os eleitores. A sua surpreendente vitória na cidade-estado Délhi no fim de 2013 sacudiu o «establishment».
- Vislumbram-se vários cenários possíveis para o país após as eleições: se o BJP conseguir conquistar cerca de 200 dos 545 mandatos da Câmara Baixa, o partido da direita conservadora funcionará como uma espécie de sugadouro que atrai outras bancadas, sobretudo das fileiras dos partidos regionais, para criar uma coalizão e formar um governo estável. Se o BJP não sair como bancada mais forte das eleições, a disputa para formar uma coalizão será complicada e não se pode excluir a possibilidade de uma grande coalizão entre INC e BJP ou até uma participação do AAP no governo, mas a estabilidade política deste tipo de coligação seria fraca e o governo tão instável que logo poderiam cursar reivindicações por reeleições na Índia.

Antes das eleições legislativas, tudo aponta para uma mudança de poder na Índia. No artigo abaixo pretende-se traçar inicialmente uma apresentação das condições gerais da eleição, análise dos partidos que concorrem e dos candidatos que lideram as pesquisas para, em seguida, desenvolver vários cenários possíveis de opções de poder e governo após as eleições.

## Eleições parlamentares na Índia: Uma »dança da democracia«

Na quarta-feira, dia 5 de março de 2014, o presidente da Comissão Eleitoral da Índia, V. S. Sampath, anunciou as datas das próximas eleições ao parlamento. Com este aviso foi dada a largada para uma »dança da democracia« nas próximas semanas, caracterização do *Times of India*, o principal jornal indiano de circulação diária. Com 815 milhões de eleitores, as eleições gerais da Índia representam de longe o maior processo eleitoral democrático do mundo – no segundo maior, as eleições presidenciais dos Estados Unidos, o número de eleitores perfaz apenas um quarto (em 2012 foram 219 milhões). Desde as últimas eleições legislativas realizadas em 2009 houve um acréscimo de 97 milhões de novos votantes. Ao todo há 543 deputados concorrendo ao *Lok Sabha* (Câmara Baixa do Parlamento – na tradução literal, »Casa do Povo«). Os candidatos são escolhidos por meio de maioria relativa (*»First-past-the-post«*) – um sistema herdado dos ingleses na época colonial. Além dos deputados eleitos serão nomeados mais dois parlamentares pelo presidente.

A lei eleitoral indiana estabelece que nenhum eleitor deve percorrer uma distância superior a 2 km da cidade de sua residência até a urna eletrônica mais próxima, o que implica a necessidade de 930.000 locais de votação com aproximadamente 11 milhões de pessoas trabalhando na execução da eleição.

A logística constitui outro desafio enorme para a Comissão Eleitoral: é sua missão zelar que as urnas eletrônicas cheguem a vales remotos nas montanhas do Himalaia e localidades remotas no deserto do Rajastão. Tanto nas zonas no leste do país dominadas pelos »Naxalitas«, guerrilheiros maoístas, como na região da Caxemira com disputas que envolvem o direito internacional e onde atentados terroristas estão na ordem do dia, deve ser estabelecida uma normalidade que permita a realização das eleições.

Devido à complexidade decorrente destas situações e ao tamanho do país, as eleições são realizadas em um período que vai de 7 de abril a 12 maio e que foi subdividido em nove fases (ver figura). A apuração dos votos ocorrerá simultaneamente em todos os distritos eleitorais no dia 16 de maio e, como a Índia usa urnas eletrônicas, o resultado poderá ser anunciado imediatamente após o encerramento da contagem, isto é, provavelmente ainda no mesmo dia. O emprego de urnas eletrônicas não é questionado na Índia como é o caso em outros países, estas são consideradas seguras e sem chance de manipulação.

A Comissão Eleitoral é responsável por toda a organização, preparação e realização da eleição. Para tal, foi dotada de estatuto constitucional, sendo totalmente independente do governo.

### As datas das eleições nos estados

- |              |                                                                                                                                                                             |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>7.4.</b>  | Assam, Tripura                                                                                                                                                              |
| <b>9.4.</b>  | Arunachal, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland                                                                                                                            |
| <b>10.4.</b> | Andamanen & Nikobaren, Bihar, Chandigar, Chhattisgarh, Haryana, Jammu & Caxemira, Jharkhand, Kerala, Lakshadweep, Madhya Pradesh, Maharashtra, Délhi, Odisha, Uttar Pradesh |
| <b>12.4.</b> | Assam, Sikkim, Tripura                                                                                                                                                      |
| <b>17.4.</b> | Bihar, Chhattisgarh, Goa, Jammu & Caxemira, Jharkhand, Karanataka, Madhya Pradesh, Maharashtra, Manipur, Odisha, Rajastan, Uttar Pradesh, Bengala Ocidental                 |
| <b>24.4.</b> | Assam, Bihar, Chhattisgarh, Jammu & Caxemira, Jharkhand, Madhya Pradesh, Maharashtra, Puducherry, Rajastan, Tamil Nadu, Uttar Pradesh, Bengala Ocidental                    |
| <b>30.4.</b> | Andhra Pradesh, Bihar, Dadra & Nagar, Haveli, Daman & Diu, Gujarat, Jammu & Caxemira, Punjab, Uttar Pradesh, Bengala Ocidental                                              |
| <b>7.5.</b>  | Andhra Pradesh, Bihar, Himachal, Jammu & Caxemira, Uttarakhand, Uttar Pradesh, Bengala Ocidental                                                                            |
| <b>12.5.</b> | Bihar, Uttar Pradesh, Bengala Ocidental                                                                                                                                     |

1. Em decorrência do tamanho, do território inóspito e da instabilidade e falta de segurança serão necessários vários dias para votar em alguns estados indianos.



A Comissão goza de reputação excelente na Índia, sua gestão sendo profissional e considerada incorruptível. Desde a independência do país em 1947 e as primeiras eleições em 1952, nenhuma eleição ou troca de poder, seja na esfera nacional ou nos estados, foi impugnada por suspeita de fraude ou teve a sua validade questionada.

Uma vez anunciada a data das eleições, resta normalmente uma janela de seis semanas para a fase mais acalorada da campanha eleitoral. Logo após o anúncio, os eleitores podem consultar as listas de eleitores a fim de verificar se já estão registrados. Desde a divulgação das listas, registra-se uma grande procura por parte dos eleitores, seja para registrar-se pela primeira vez, seja para controlar se seu registro está correto. Em seu conjunto as listas de eleitores são tidas como precisas e confiáveis apesar do número de votantes e da complexidade do país.

No início da campanha eleitoral os partidos oficialmente registrados nomeiam seus candidatos. Este processo pode ser conduzido ou através de eleições primárias no partido ou por meio de indicação pela direção nacional. Em seguida, a Comissão Eleitoral verifica a lista de candidatos, isto é, se os candidatos apresentados são elegíveis. Em julho de 2013 o Tribunal Superior da Índia proferiu uma decisão pioneira determinando que todo candidato ou deputado condenado por um crime perde respectivamente sua elegibilidade ou mandato.

Com o anúncio das eleições, o assim chamado »Modelo de Conduta« entra automaticamente em vigor. Este código de conduta vale para o governo, os partidos e candidatos e visa evitar que as eleições sejam influenciadas de forma ilegítima. Na vigência deste código, não podem, por exemplo, ser promulgadas leis, nem mesmo medidas provisórias, e a transferência de funcionários públicos fica interdita. Além disso, os partidos e candidatos devem se abster de qualquer atividade que possa incitar conflitos entre grupos étnicos, comunidades religiosas ou semelhantes; os partidos não podem usar a infraestrutura do Estado (como veículos, edifícios, etc.) para fins eleitorais; regras semelhantes são aplicáveis para o trato com a mídia; apresentações públicas de mandatários ou funcionários públicos que pudessem ser interpretadas como comício eleitoral estão proibidas. Mesmo participar da colocação da pedra fundamental para um projeto de construção, por exemplo, por um

ministro, poderia ser entendido como comício eleitoral e fica interdito com a entrada em vigor do »Código de Conduta«.

Isto significa que o »processo político« também para este ano na fase quente da campanha eleitoral permanece estático. A administração deixa de tomar decisões importantes, de forma que, entre outros, a discussão de longa data sobre a alteração das regras para investimentos estrangeiros diretos (IED), em especial no varejo, fica congelada. Projetos de infraestrutura, mesmo os mais urgentes, não são começados. A legislação contra a corrupção, um dos projetos mais importantes do novo partido Aam Aadmi (vide abaixo) não pode ser aprovada – nem na esfera nacional nem no nível dos estados. Não apenas investidores estrangeiros, mas também a iniciativa privada nacional aguarda ansiosa como será a política econômica e qual será a futura constelação governamental.

Os estados indianos diferem significativamente em tamanho e número de habitantes. A maioria das pessoas mora em Uttar Pradesh, onde vivem mais de 200 milhões de habitantes. Este estado, localizado no norte do país, envia o maior contingente de deputados à Câmara Baixa, ocupando um total de 80 assentos e sendo por isso mesmo muito disputado. Os dois estados menores, Mizoram e Nagaland, localizados no extremo Noroeste, têm direito a apenas um deputado cada. Além dos 28 estados há sete chamados »Territórios da União«, que também elegem deputados mas não possuem uma assembleia legislativa própria (com exceção das cidades-estado Nova Délhi e Pondicherry). A capital Nova Délhi, oficialmente com quase 17 milhões de pessoas, envia sete deputados para o *Lok Sabha* e o grupo de ilhas, Lakshadweep, que mal chega a 45.000 habitantes, pode eleger um deputado ao parlamento. Os diferentes tamanhos dos distritos eleitorais têm como consequência que um deputado de Uttar Pradesh representa em média 2,5 milhões de habitantes, ou seja, 55 vezes mais pessoas que um representante de Lakshadweep.

As experiências passadas mostram que as disputas entre os partidos e os candidatos ficam cada vez mais acirradas e rudes no decorrer da campanha. Mesmo na Índia as campanhas eleitorais acabam frequentemente em baixaria e discussões bastante agressivas. Muitas vezes este clima passa para os partidários das diversas alas, o que gera confrontos violentos como os que já

aconteceram no passado com feridos e mesmo mortos. Contudo, a cultura de disputa democrática já está tão consolidada na Índia, após tantas eleições nacionais e regionais, que atos políticos violentes esporádicos não levam automaticamente a uma conflagração. Desde a introdução da democracia em 1947, houve muitas trocas de poder e todas ocorreram sem enfrentamentos políticos. A autoridade da Comissão Eleitoral é tamanha que os perdedores praticamente sempre costumam aceitar a sua derrota.

### Coalizões incertas: Quem contra quem? Quem com quem?

Atualmente mais de 1500 partidos estão inscritos no registro da Comissão Eleitoral na Índia, porém destes apenas três são de cunho nacional com candidatos em todo o país – o Partido do Congresso ou Indian National Congress (INC), o Partido Bharatiya Janata Party (BJP) e o novato Aam Aadmi (AAP). Paralelamente ainda existem cerca de 60 partidos que participam ativamente nas eleições e podem conquistar muitos eleitores, mormente no plano regional. Os demais partidos não desempenham um papel no dia da votação ou são, não raro, partidos de fachada fundados ou comprados por outros partidos para interferir e atrapalhar a estrutura de poder local.

Desde há algum tempo dois grandes campos se enfrentam nas eleições federais, o Partido do Congresso Nacional Indiano, de Nehru e Gandhi, e o BJP nacional-conservador. Nenhum dos dois tem chance de formar um governo sozinho, ambos dependem de coalizões com diversas siglas menores, especialmente partidos regionais. Como resultado, os dois partidos tentam formar alianças com partidos da sua linha política antes das eleições. O campo da «esquerda», sob a liderança do Partido do Congresso, formou junto com mais doze partidos a Aliança Progressista Unida (UPA em inglês) e é a atual coalizão governamental. No campo da «direita conservadora» há a Aliança Democrática Nacional (NDA em inglês), com nove membros (final de 2013) e o BJP liderando-a.

É possível que a era do embate bipartidário tradicional entre INC e BJP chegue ao fim este ano, pois com a AAP surgiu uma terceira força na disputa partidária e uma das suas metas é acabar com o poderio do INC e BJP na esfera nacional e abalar as bases do «establisment». O «Par-

tido do Homem Comum», criado em 2012, destacou-se até agora principalmente pela luta contra a corrupção sob a liderança do funcionário público carismático Arvind Kejriwal. Apesar de ter sido fundado oficialmente apenas em novembro de 2012 e participar pela primeira vez em eleições nacionais, pretende apresentar-se com candidato próprio em no mínimo 400 dos 543 distritos eleitorais. Muitos têm grandes esperanças no AAP desde a sua vitória surpreendente nas eleições da cidade-estado Délhi. Especialmente entre a classe média urbana, em particular em Nova Délhi, o AAP conta com um grande potencial de eleitores; já nas áreas rurais da Índia o partido praticamente não terá impacto algum. Ainda que o AAP não consiga replicar o sucesso de Délhi no plano nacional, poderá lhe caber um papel decisivo nas negociações para formação do governo. Como o AAP decidiu que não fará uma coalizão com um dos partidos tradicionais, é possível que prejudique a formação de uma coligação majoritária estável.

Enquanto o AAP recusar a participação em coligações é provável que os dois outros partidos tentem forjar coalizões baseadas nas suas alianças para chegar ao poder, contudo as chances do Partido do Congresso estão muito ruins nesta campanha, e na opinião dos eleitores o partido está desgastado. Percebe-se um nítido desejo por alternância no país. Dado que a formação de coalizões com vários partidos pequenos, que frequentemente defendem um interesse local específico, é muito complicada, começam a surgir propostas de formação de uma grande coalizão entre o Partido do Congresso e o BJP. Os defensores desta ideia argumentam que uma grande coalizão seria a mais preparada a enfrentar os grandes desafios do futuro do país. Já a grande maioria de analistas e observadores do contexto indiano rejeita este cenário como completamente inviável, pois os dois grandes rivais se atracaram demais durante a campanha. Em nenhum dos lados parece haver disposição de aceitar as concessões políticas necessárias para chegar a uma grande coalizão.

Outra opção no mapa político indiano é a assim chamada «Terceira Frente», um bloco que sempre suscita discussões antes de eleições importantes. Geralmente, esta opção é composta de partidos de esquerda (marxistas e maoístas ainda existentes) que tentam oferecer uma alternativa nas eleições junto com partidos regionais razoavelmente bem-sucedidos e que estão no poder em estados importantes. Na atual pré-campanha também



houve esforços no sentido de forjar este tipo de coligação, mas passados poucos dias começaram a surgir as diferenças entre os diversos partidos. As incompatibilidades ficaram tão fortes que o bloco ruiu tão rápido como foi constituído.

Em paralelo, um »triumvirato« composto de políticas cintilantes está causando bastante comoção nesta campanha. O trio é composto pela ministra-chefe (governadora) de Bengala Ocidental, Mamata Banerjee (a »Didi« do All India Trinamool Congress), a ex-atriz de Bollywood e atual governadora de Tamil Nadu, J. Jayalithaa (AIADMK), bem como a ex-governadora de Uttar Pradesh, Mayawati Kumari (BSP). Os três estados representados por esta »força feminina« têm direito a 161 deputados no parlamento. Este triumvirato não deve representar uma opção real, mas as três políticas podem desempenhar um papel crucial na negociação para formar uma coalizão.

As melhores chances são atribuídas aos dois grandes partidos tradicionais e em menor escala ao estreante AAP, devendo mais uma vez oferecer as opções de poder no governo de coalizão a ser negociado. Quais são os pontos fortes e fracos dos principais líderes dos três partidos?

Rahul Gandhi, descendente da mais famosa dinastia de políticos da Índia, o clã Nehru e Gandhi, um candidato relutante, ficou muito tempo em cima do muro sem decidir se realmente desejava assumir um papel de destaque nos acontecimentos políticos da Índia, mas foi pressionado pela família e por personalidades-chave do Partido do Congresso a aceitar o posto de principal candidato e acabou concordando. Esta constelação traz a vantagem que nenhum opositor do próprio partido lhe dificulta a vida, mas sente-se que lhe falta a paixão pela política e assim a faísca não passa para o povo prestes a votar. Um fardo adicional é o aspecto cansado do seu partido, os dez anos no governo esgotaram o INC. O partido governamental é culpado pela alta inflacionária e pela corrupção generalizada. Ainda não está claro se a nova concorrência do AAP conquistará mais eleitores do campo da esquerda ou da direita. Contudo, o Partido do Congresso deve sofrer menos com uma migração de eleitores para o AAP do que o BJP, já que o INC consegue defender sua posição de liderança mais facilmente fechando coalizões do que o BJP, conservador e de direita, que dificilmente conseguirá encontrar aliados no espectro dos partido de esquerda da Índia.

Ao contrário de Rahul Gandhi, Narendra Modi, o principal candidato do BJP, teve de enfrentar e bater oponentes do próprio partido. Agora sua candidatura é mais do que aceita e Modi consegue contagiar grandes massas nos seus comícios. Importantes lideranças econômicas, que costumavam apoiar o Partido do Congresso, voltam-se cada vez mais para Modi, pois depositam mais confiança nele e esperam que siga uma linha em prol da indústria. Continua, certamente, a haver laços estreitos entre o Partido do Congresso e muitos grandes conglomerados econômicos, mas Modi conseguiu inspirar cada vez mais confiança no eleitorado do seu estado natal Gujarat com sua política favorável aos empresários. Com ele no comando, o próprio partido é praticamente gerido como uma empresa. Esta política encerra o risco de alguns elementos do seu partido não estarem plenamente do seu lado, de modo que podem irromper rixas intrapartidárias a qualquer momento. Uma grande vulnerabilidade do BJP reside na sua fraca representação nos estados do sul, onde não dispõe nem de um aparato partidário eficiente, nem há uma base eleitoral consolidada e leal ao partido.

Os tumultos violentos travados em 2002 em Gujarat continuam a pesar sobre Modi. De acordo com algumas estimativas, mais de 2000 muçulmanos perderam a vida de forma violenta. Na época, Modi tinha acabado de assumir o cargo de ministro-chefe (governador) de Gujarat e foi inocentado em vários processos conexos da acusação de corresponsabilidade nos assassinatos. Mesmo assim ele continua sendo criticado pela opinião pública por ter deixado que os tumultos acontecessem e as forças de segurança apenas assistissem impassíveis. Com quase 180 milhões de fiéis, os muçulmanos representam aproximadamente 14 por cento da população da Índia, e a grande maioria deles deve votar a favor do Partido do Congresso. O INC continua sendo visto como garantidor do Estado secular. Por outro lado, Modi pode contar com os votos dos nacionalistas hindus. O Shiv Sena, um partido religioso de Maharashtra, é um aliado confiável do BJP. O Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS – Organização Nacional de Voluntários), um »grupo cultural« paramilitar religioso (hindu) de cunho nacionalista de extrema direita, considera o BJP seu braço político. Muitas lideranças políticas do BJP vieram originalmente do RSS. Porém, recentemente começaram a brotar divergências entre Shiv Sena e RSS com repercussões negativas para o BJP. O estigma de liderar um partido devotado ao »Comunalismo«, ou seja, ser favorável ao racismo étnico ou baseado em castas, persegue Modi como fantasma difícil de espantar.



O novato na atividade política nacional, Arvind Kejriwal e seu partido, o AAP, representam a grande incógnita antes das eleições. Considerando que o partido tornou-se a segunda maior força nas eleições legislativas estaduais em Délhi em 2013 e Kejriwal chegou até a assumir o cargo de ministro-chefe (governador) por algum tempo com o aval do Partido do Congresso, enxergam-se certas chances no plano nacional. Entretanto, o governo AAP em Délhi foi de curta duração, após singelos 49 dias no posto de governador, Kejriwal renunciou por não conseguir fazer passar a lei anticorrupção no estado. O breve período de governo do AAP em Délhi destacou-se mais por ativismo populista e menos por de fato assumir a responsabilidade governamental. Consequentemente, Kejriwal possui atualmente a fama de ser um ativista social importante, mas incapaz de assumir responsabilidade política. Mesmo assim parte-se do pressuposto que o AAP conseguirá conquistar alguns mandatos - em Délhi, com certeza, e eventualmente até em outros centros urbanos. Mesmo se o AAP declarou reiteradamente que não pretende fazer coalizões, é possível que o partido venha a ter um papel importante após as eleições nas negociações para formação do governo - nem que seja meramente para impedir uma coalizão majoritária estável.

A grande euforia que o AAP despertou na sequência do sucesso nas eleições em Délhi já esmoreceu neste interim. O partido entrou nas eleições sem qualquer estrutura administrativa nas regiões, contando basicamente com voluntários entusiasmados mas sem muita experiência política. Além disso, muitas figuras dúbias começam a apontar entre os seus filiados. Na correria frenética da campanha fica difícil separar o trigo do joio na hora de nomear os candidatos oficiais. A crítica no que toca a métodos questionáveis e pessoas duvidosas no AAP deve vir à tona ainda durante a campanha eleitoral e ecoar mais forte, em especial após a ida às urnas. Outra fraqueza é a total falta de um debate programático no seio do partido. Como foi o caso dos Verdes na Alemanha, o AAP apresentou-se com uma única bandeira na fase da sua criação: vencer a corrupção. Só que mesmo para esta »competência« central, o partido não dispõe de uma estratégia política convincente. Em outros domínios políticos importantes, tais como a política econômica, política externa, etc. é uma página em branco. Resumindo: a transição de um movimento de protesto da sociedade civil para se tornar uma força política capaz de fazer concessões está longe de estar concluída.

## Conclusão e quatro cenários

Diante do pano de fundo do cenário político da Índia e das características da campanha eleitoral atual, quatro cenários parecem prováveis para o período pós-eleições:

- 1º A Aliança NDA, direita conservadora liderada pelo BJP, se consagrará como a maior força após as eleições, com mais de 230 cadeiras. O BJP sozinho conseguirá conquistar em torno de 200 mandatos. Este resultado motivará outros partidos regionais relevantes a se aderir à Aliança e sob o comando do BJP será possível formar um governo estável e Modi será o novo primeiro ministro da Índia.
- 2º O BJP desponta como sigla mais forte, mas sua vitória não é suficiente para que pudesse dominar as negociações para formar uma coalizão. Por fim, será criada uma coalizão em torno do BJP, mas este arranjo não terá uma liderança clara ou uma maioria estável no parlamento. Modi não será nomeado primeiro ministro, em seu lugar será indicado um candidato consensual de outro partido, menos controverso para os parceiros da coalizão. Eventualmente um partido regional forte, do qual sairá o primeiro ministro (Mamata Banerjee ou Jayalitha) será incluído na coalizão. No entanto, o governo será tão frágil que logo serão convocadas eleições antecipadas em 2015 ou 2016.
- 3º Os dois grandes partidos, INC e BJP, detêm a maioria parlamentar mas nenhum dos dois consegue atrair partidos regionais em número suficiente para ter uma maioria no parlamento. Após negociações demoradas, formar-se-á uma grande coalizão, mas esta sofrerá permanentemente de desavenças internas. Desde o início a grande coalizão é instável. Os primeiros gritos por reeleição são ouvidos logo após a formação do novo governo.
- 4º O AAP desiste da sua recusa de participar de negociações para formar uma coalizão e entra como parceiro júnior em uma coligação com o INC e a Aliança UPA liderada pelo INC. Porém, passado pouco tempo, o AAP abandona a coalizão, como suas reivindicações políticas para o combate da corrupção não foram plenamente implementadas. O governo acaba se desintegrando, há novas negociações para formar uma coalizão ou a realização de eleições antecipadas.



Independentemente do resultado final, ficará como legado destas eleições a geração de uma nova euforia na sociedade indiana. O mérito cabe principalmente do estreante Arvind Kejriwal e seu AAP. Mostraram que é possível fundar um partido a partir de um movimento de protesto da sociedade civil e soprar lufadas de ar fresco em estruturas políticas empoeiradas, e que isto mexe com todo o cenário político, podendo inclusive motivar os eleitores. Este interesse redescoberto pela política ajuda a estabilizar e legitimar a «maior democracia» do mundo, em especial ante a China, o grande rival a

nordeste, que, enquanto regime autoritário e não democrático mas com estrondosos sucessos econômicos, vem despertando dúvidas em muitos indianos quanto a se a democracia é, de fato, a forma de governo certa para um país em desenvolvimento. É altamente provável que a mobilização de novos grupos de eleitores na classe média urbana pela AAP produza de novo um recorde de participação nas eleições parlamentares da Índia. Em todo caso, deseja-se que a «dança da democracia» na Índia termine com um final feliz e as eleições no dia 16 de maio sejam concluídas com uma dança de alegria.



### Sobre o autor

**Dr. Felix Schmidt** é o diretor do escritório da Fundação Friedrich Ebert em Nova Délhi desde 2010.

### Ficha técnica

Fundação Friedrich Ebert | Departamento Ásia e Pacífico  
Hiroshimastr. 28 | 10785 Berlim | Alemanha

Responsável:  
Jürgen Stetten, chefe do departamento Ásia e Pacífico

Fone: ++49-30-26935-7450 | Fax: ++49-30-26935-9211  
<http://www.fes.de/asien>

Pedidos/Contato:  
[Julia.Schultz@fes.de](mailto:Julia.Schultz@fes.de)

O uso comercial dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

As opiniões expressas na presente publicação não correspondem necessariamente às posições da Fundação Friedrich Ebert.



ISBN: 978-3-86498-859-2